Sumário

Capítulo I
PROCESSO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Conceito de processo penal 1
2. O processo penal democrático 2
Síntese 3

Capítulo II
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL

1. Introdução 5
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal 5
3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal 6
   3.1 Concernentes ao indivíduo 6
      3.1.1 Princípio da presunção de inocência 6
         3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (*in dubio pro reo, favor rei, favor inocentiae, favor libertatis*) e da imunidade à autoacusação 7
      3.1.2 Princípio da ampla defesa 8
      3.1.3 Princípio da plenitude de defesa 8
   3.2 Concernente à relação processual 9
      3.2.1 Princípio do contraditório 9
   3.3 Concernentes à atuação do Estado 10
      3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes 10

3.3.2 Princípio da publicidade 11
3.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas 12
3.3.4 Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar 13
3.3.5 Princípios regentes do Tribunal do Júri 13
3.3.5.1 Sigilo das votações 13
3.3.5.2 Soberania dos veredictos 14
3.3.5.3 Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida 14
3.3.6 Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar 14
4. Princípios constitucionais implícitos do processo penal 14
4.1 Concernente à relação processual 14
4.1.1 Princípio do duplo grau de jurisdição 14
4.2 Concernentes à atuação do Estado 15
4.2.1 Princípio do promotor natural e imparcial 15
4.2.2 Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal 15
4.2.3 Princípio da oficialidade 16
4.2.4 Princípio da intranscendência 16
4.2.5 Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato 17
5. Princípios meramente processuais penais 17
5.1 Concernentes à relação processual 17
5.1.1 Princípio da busca da verdade real 17
5.1.2 Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz 18
5.1.3 Princípio da indivisibilidade da ação penal privada 19
5.1.4 Princípio da comunhão da prova 19
5.2 Concernentes à atuação do Estado 19
5.2.1 Princípio do impulso oficial 19
5.2.2 Princípio da persuasão racional 20
5.2.3 Princípio da colegialidade 20
Síntese 21

Capítulo III
SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

1. Sistema inquisitivo 27
2. Sistema acusatório 28
3. Sistema misto 28
4. Opção do sistema processual brasileiro 29
Síntese 29

Capítulo IV
FONTES DO PROCESSO PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de fonte 31
2. Fontes materiais 31
3. Fontes formais 32
4. Interpretação da lei processual penal 33
Síntese 34

Capítulo V
APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Princípio da territorialidade 35
2. Conceito de tratado e convenção 35
3. Regras de direito internacional 36
4. Exceção à regra da territorialidade 36
5. Conflito entre tratado e direito interno 37
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais 38
7. Jurisdição política 39
8. Justiça Especial 39
9. Tribunal de Segurança Nacional 39
10. Legislação especial 40
Síntese 40

Capítulo VI
APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. Regra geral 41
2. Normas processuais penais materiais 42
Síntese 43

Capítulo VII
INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

1. Conceito de inquérito policial 45
1.1 Juiz das garantias 46
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias 47
1.1.2 Prorrogação do inquérito 51
1.1.3 Encaminhamento da investigação 51
1.1.4 Designação do juiz das garantias 52
1.1.5 Tutela da imagem dos presos 53
2. Polícia judiciária 53
3. Outras investigações criminais 54
4. Início do inquérito policial 55
5. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação 56
6. *Notitia criminis* 56

7. *Delatio criminis* 56
8. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro 56
9. Requisição, requerimento e representação 57
10. Negativa de cumprimento à requisição 58
11. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação 58
12. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima 59
13. Procedimento da autoridade policial 59
14. Indiciamento e constrangimento ilegal 60
15. Requisição de indiciamento 60
16. Motivação do indiciamento 61
17. O indiciado como objeto da investigação 61
18. Regras do interrogatório 61
19. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica 61
20. Reconstituição do crime 62
21. Prazo para a conclusão do inquérito 63
22. Contagem dos prazos 64
23. Cômputo do período de prisão temporária 65
24. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial 65
25. Instrumentos do crime e objetos de prova 66
26. Particularidades do inquérito policial 66
    26.1 Inquisitivo 66
        26.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública 66
    26.2 Sigiloso 67
    26.3 Incomunicabilidade do indiciado 68
27. Relatório final 69
28. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público 69
29. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade 70
30. Termo circunstanciado 70
31. Curador 70
32. Arquivamento do inquérito e outras providências 71
    32.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação 71
        32.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) 72
    32.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo 72
    32.3 Requerimento de arquivamento em competência originária 73
    32.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública 73
    32.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral 73
    32.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito 73
    32.7 Arquivamento indireto 74
    32.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal 75

32.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências ... 75
33. Trancamento do inquérito policial ... 75
34. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito ... 75
35. Acordo de não persecução penal ... 76
Síntese ... 78

Capítulo VIII
AÇÃO PENAL

1. Fundamento constitucional ... 79
2. Conceito de ação penal ... 79
3. Espécies de ação penal ... 80
4. Ação penal popular ... 81
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais ... 81
6. Início da ação penal ... 82
7. Condições genéricas da ação penal ... 83
7.1 Possibilidade jurídica do pedido ... 84
7.2 Interesse de agir ... 86
7.3 Legitimidade de parte ... 86
7.4 A justa causa para a ação penal ... 87
8. Condições específicas da ação penal ... 87
9. Representação do ofendido ... 88
10. Requisição do Ministro da Justiça ... 91
11. Ação penal privada e suas particularidades ... 93
11.1 Decadência ... 93
11.2 Renúncia ... 95
11.3 Perdão ... 96
11.4 Perempção ... 98
11.5 Ação privada subsidiária da pública ... 100
11.6 Espécies de ação privada ... 102
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa ... 102
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania ... 103
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa ... 104
12.1 Denúncia ou queixa genérica ... 106
12.2 Denúncia ou queixa alternativa ... 107
12.3 Concisão da denúncia ou queixa ... 107
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento ... 107
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal ... 108
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa ... 108
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa ... 109
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa ... 109
12.9 Aditamento da queixa pelo Ministério Público ... 110
12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada ... 111

12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem 111
13. Reconhecimento da extinção da punibilidade 112
13.1 Morte do réu 112
13.2 Certidão de óbito falsa 113
Síntese 114

Capítulo IX
AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*

1. Conceito 117
2. Separação da jurisdição 118
3. Sentença condenatória como título executivo 119
4. Sentença concessiva de perdão judicial 120
5. Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa 120
6. Revisão criminal 120
7. Extensão do ressarcimento do dano 120
8. Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal 121
9. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível 122
10. Existência de sentença absolutória penal 123
11. Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público 124
Síntese 124

Capítulo X
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Conceito de jurisdição 125
2. Princípios regentes da jurisdição criminal 126
3. Conceito de competência 126
4. Competência absoluta e competência relativa 126
5. Quadro geral de competência 127
6. O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro 128
6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo 130
6.2 A matéria como regra específica de competência 132
6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência 135
6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria 136
6.3.2 Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função 140
6.3.2.1 Magistrados e membros do Ministério Público 140
6.3.2.2 Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado 140
6.3.2.3 Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa 141
6.3.2.4 Exceção da verdade nos crimes contra a honra 142
6.3.3 Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria 142

6.3.3.1 Pontos relevantes acerca da Justiça Militar 142
6.3.3.2 A competência especial do juiz da execução penal 143
6.4 A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva 145
6.5 Conexão e continência como regras de alteração de competência 145
6.5.1 Conceito de conexão 147
6.5.2 Conexão material e conexão processual 148
6.5.3 Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo 149
6.5.4 Espécies de conexão 150
6.5.4.1 Conexão intersubjetiva por simultaneidade 150
6.5.4.2 Conexão intersubjetiva por concurso 150
6.5.4.3 Conexão intersubjetiva por reciprocidade 151
6.5.4.4 Conexão objetiva 151
6.5.4.5 Conexão instrumental 151
6.5.5 Conceito de continência 152
6.5.5.1 Continência em razão do concurso de pessoas 152
6.5.5.2 Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso 152
6.5.5.3 Continência em razão do concurso formal de crimes 152
6.5.6 Diferença entre crime único, conexão e continência 153
6.6 A prevenção como critério residual de fixação de competência 153
7. Regras para a eleição do foro prevalente 155
7.1 Competência prevalente do júri 156
7.1.1 Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia 156
7.1.2 Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri 156
7.2 Jurisdição da mesma categoria 157
7.3 Jurisdição de categoria diversa 158
7.3.1 Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição 159
7.4 Jurisdição comum e especial 159
7.4.1 Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual 159
7.4.2 Justiça Federal e contravenção penal 160
8. Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência 160
8.1 Jurisdição comum e jurisdição militar 160
8.2 Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude 161
8.3 Separação dos processos em face da superveniência de doença mental 161
8.4 Impossibilidade de julgamento de réu ausente 162
8.5 Separação dos processos em razão da recusa de jurados 162
9. Separação facultativa dos processos 162
9.1 Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado 163
9.2 Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados 163
9.3 Separação facultativa em face de motivo relevante 164

10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência 164
11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais 164
12. Autoridade de jurisdição prevalente 165
13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço 165
13.1 Crimes a bordo de embarcações 166
13.2 Crimes a bordo de aeronaves 167
13.3 Regra residual de competência 167
Síntese 168

Capítulo XI
INCIDENTES PROCESSUAIS

1. Introdução e conceitos 179
2. Questões prejudiciais 180
2.1 Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar 180
2.2 Prejudiciais homogêneas e heterogêneas 180
2.3 Prejudiciais obrigatórias e facultativas 180
2.3.1 Prejudiciais obrigatórias 180
2.3.2 Prejudiciais facultativas 182
2.4 Prejudiciais devolutivas e não devolutivas 183
3. Procedimentos incidentes 183
3.1 Exceções 183
3.1.1 Exceções de suspeição e de impedimento 184
3.1.2 Rol de causas de suspeição e de impedimento 184
3.1.3 Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício 185
3.1.4 Procedimento para a recusa do juiz 185
3.1.5 Procedimento do juiz 186
3.1.6 Consequências da procedência da exceção 188
3.1.7 Suspeição ou impedimento em tribunal 188
3.1.8 Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público 189
3.1.9 Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares 190
3.1.10 Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri 191
3.1.11 Suspeição ou impedimento das autoridades policiais 192
3.1.12 Exceção de incompetência 193
3.1.13 Formalidades para a interposição da exceção de incompetência 193
3.1.14 Exceção de litispendência 194
3.1.15 Formalidades para a interposição da exceção de litispendência 195
3.1.16 Exceção de ilegitimidade de parte 195
3.1.17 Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte 196
3.1.18 Exceção de coisa julgada 196
3.1.19 Coisa julgada material e coisa julgada formal 197
3.1.20 Coisa julgada e coisa soberanamente julgada 198
3.1.21 Limites da coisa julgada 198
3.1.22 Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada 200

3.1.23 Petição única contendo mais de uma exceção 200
3.2 Incompatibilidades e impedimentos 200
3.2.1 Consequência do impedimento 201
3.3 Conflito de competência 202
3.3.1 Conflito de atribuição 203
3.3.2 Falso conflito de atribuição 203
3.3.3 Conflito em decorrência de conexão e continência 204
3.3.4 Procedimento para o conflito de competência 204
3.3.5 Outras possibilidades de conflito de competência 206
3.3.6 Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal 206
3.3.7 Suspensão do processo em caso de conflito 207
3.4 Restituição de coisas apreendidas 207
3.4.1 Procedimento da restituição de coisas apreendidas 209
3.4.2 Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração 210
3.4.3 Prazo máximo para requerer a restituição 210
3.5 Medidas assecuratórias 211
3.5.1 Sequestro 211
3.5.1.1 Requisito fundamental para o sequestro 212
3.5.1.2 Procedimento do sequestro 212
3.5.1.3 Levantamento do sequestro 215
3.5.2 Especialização de hipoteca legal 215
3.5.2.1 Procedimento para a especialização 216
3.5.3 Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas 217
3.5.3.1 Procedimento do arresto dos bens móveis 217
3.5.4 Finalização da especialização e do arresto 217
3.5.5 Alienação antecipada de bens 218
3.6 Incidente de falsidade 219
3.6.1 Procedimento do incidente de falsidade 219
3.6.2 Sobre os termos falsidade e documento 220
3.6.3 Efeitos limitados da decisão do incidente 220
3.7 Incidente de insanidade mental 221
3.7.1 Procedimento do incidente de insanidade mental 222
3.7.2 Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado 223
3.7.3 Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental 224
3.8 Incidente de ilicitude de prova 224
Síntese 225

Capítulo XII
PROVAS

1. Conceito e sentido de prova 231
2. Meios de prova 232
2.1 Prova emprestada 232
2.2 Provas ilícitas 232

3. Finalidade e objeto da prova 233
4. Ônus da prova 234
4.1 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz 235
5. Sistemas de avaliação da prova 236
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral 237
6.1 Disposições gerais 237
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito 238
6.2.1 Cadeia de custódia 239
6.3 Confissão e corpo de delito 240
6.4 Formalização do laudo pericial 241
6.5 Necropsia 243
6.6 Exumação e inumação 243
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais 244
6.8 Exame de local 245
6.9 Exame laboratorial 245
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins 246
6.11 Laudo de avaliação 247
6.12 Exame de local de incêndio 247
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico) 248
6.14 Exame dos instrumentos do crime 249
6.15 Quesitos na realização de perícia 250
6.16 Exame por precatória 250
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial 250
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial 252
7. Interrogatório 253
7.1 Conceito 253
7.2 Natureza jurídica do interrogatório 253
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório 253
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica 254
7.5 Presença do defensor 255
7.6 Interrogatório de réu preso 256
7.6.1 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência 256
7.6.2 Procedimento para o uso da videoconferência 257
7.6.3 Outros atos processuais e videoconferência 258
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório 259
7.8 Classificação do interrogatório 259
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio 260
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado 261
7.11 Colaboração das partes no interrogatório 261
7.12 Interrogatório em separado 262
7.13 Formas especiais de interrogatório 262
7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes 263

7.15 Renovação do interrogatório 264
8. Confissão 264
8.1 Conceito de confissão 264
8.2 Natureza jurídica e objeto da confissão 265
8.3 Espécies de confissão 265
8.4 A delação premiada e suas fontes legais 265
8.5 Critérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas 267
8.6 Silêncio como elemento para o convencimento do juiz 267
8.7 Divisibilidade da confissão 267
8.8 Retratabilidade da confissão 268
9. Do ofendido 268
9.1 Conceito de ofendido 268
9.2 Diversidade entre ofendido e testemunha 268
9.3 Obrigatoriedade da sua inquirição 269
9.4 Valor probatório da palavra da vítima 269
9.5 Vítima não comete falso testemunho 270
9.6 Condução coercitiva e processo por desobediência 270
9.7 Comunicação dos atos processuais ao ofendido 271
9.8 Assistência ao ofendido 272
9.9 Preservação da intimidade do ofendido 272
10. Prova testemunhal 273
10.1 Conceito de testemunha 273
10.2 Natureza jurídica 273
10.3 Classificação das testemunhas 273
10.4 Informante ou declarante 274
10.5 Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento 274
10.6 Depoimento do menor inimputável comparsa do réu 275
10.7 Corréu como testemunha 276
10.8 Testemunho único 276
10.9 A importância do compromisso 276
10.10 Recusa em depor 277
10.11 Formalidades da colheita do depoimento 278
10.12 Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa 278
10.13 Proibição de depor 280
10.14 Impedimento legal para o compromisso 281
10.15 Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público 281
10.16 Colheita dos depoimentos em separado 282
10.17 Finalização do sistema presidencialista de inquirição 283
10.18 Apreciação pessoal da testemunha 284
10.19 Contradita 285
10.20 Influência do acusado na colheita do depoimento 286
10.21 Regularidade da intimação da testemunha 287
10.22 Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória 288

10.23 Obrigatoriedade de participação do intérprete 292
10.24 Ausência, enfermidade e velhice da testemunha 292
11. Reconhecimento de pessoas e coisas 292
11.1 Conceito de reconhecimento 292
11.2 Natureza jurídica 293
11.3 Reconhecimento fotográfico 293
11.4 Formalidades para o reconhecimento 293
11.5 Valor do reconhecimento como meio de prova 295
11.6 Reconhecimento informal 296
11.6.1 Reconhecimento por meio de videoconferência 296
11.7 Reconhecimento de coisa 296
11.8 Reconhecimento coletivo ou em grupo 296
11.9 Reconhecimento de imagens e vozes 297
12. Acareação 297
12.1 Conceito de acareação 297
12.2 Natureza jurídica 297
12.3 Valor da acareação 297
12.4 Admissibilidade da acareação 297
12.5 Objeto da acareação 298
12.6 Requerimento das partes ou procedimento de ofício 298
12.7 Procedimento do magistrado na condução da acareação 298
12.8 Acareação à distância 299
13. Prova documental 299
13.1 Conceito de documento 299
13.2 Regra para apresentação de documentos no processo 300
13.3 Documentos nominativo e anônimo 300
13.4 Fotografia do documento 301
13.5 Valoração e licitude do documento 301
13.6 Diligência de ofício 302
13.7 Documentos em língua estrangeira e a pública-forma 302
13.8 Finalização do processo e destino dos documentos 303
13.9 Documento e "documentação" 304
14. Prova indiciária 304
14.1 Conceito de indício 304
14.2 Indução 304
14.3 Integração entre indução e dedução 305
14.4 Valor probatório dos indícios 305
14.5 Diferença entre indício e presunção 306
14.6 Contraindícios 306
15. Busca e apreensão 306
15.1 Conceito de busca e apreensão 306
15.2 Natureza jurídica 307
15.3 Momentos para a sua realização 307